



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº , DE 2023**  
(Do Sr. Deputado **JUNIO AMARAL**)

Requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca da sua visita ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, para debater políticas de segurança pública.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, seja convocado o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de prestar esclarecimentos sobre a sua visita a favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, para debater políticas de segurança pública.

**JUSTIFICAÇÃO**

Conforme divulgado pelos meios de imprensa<sup>1</sup>, o Ministro da Justiça esteve em encontro na Rede Inovação Tecnológica da Maré (RITMA), na favela Nova Holanda, no Rio de Janeiro, com o objetivo de ampliar o diálogo

<sup>1</sup> Matéria do jornal O Globo disponível em [https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/03/ministro-da-justica-flavio-dino-encontra-liderancas-de-favelas-em-visita-ao-complexo-da-mare.ghtml?utm\\_source=Twitter&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=globorio](https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/03/ministro-da-justica-flavio-dino-encontra-liderancas-de-favelas-em-visita-ao-complexo-da-mare.ghtml?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=globorio) Acesso em 15 mar. 2023.



entre organizações da sociedade civil e governo sobre as políticas de segurança pública.

Na visita, o ministro e sua comitiva ouviram propostas de lideranças e ativistas que atuam no Rio de Janeiro, as quais foram formalizadas em uma carta de intenções. Das recomendações constam aspectos como a política para instalação de câmeras e GPS nos uniformes e nas viaturas da Polícia Federal e Rodoviária Federal, além de política de redução da letalidade policial e da Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial para controle e monitoramento de operações policiais, com participação social.

Diante disso, o que causa estranhamento é a ida do Ministro da Justiça, em agenda não oficial, visto que não consta no sistema e-Agendas, a um evento cujos participantes promovem discursos contrários a atividade policial, responsabilizando de maneira mentirosa os policiais que realizam operações no Estado do Rio de Janeiro.

A título de exemplo, houve publicação de pesquisadores do Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI/UFF) – presente no evento com o Ministro da Justiça - intitulado “Pela vida, contra as operações policiais: efeitos e desrespeito da ADPF 635”<sup>2</sup>, na qual afirmam que “a suspensão das operações policiais em favelas durante a pandemia foi a medida *de defesa da vida* mais importante dos últimos 14 anos no Rio de Janeiro (...)”, em claro viés de culpar os policiais pelos tiroteios e embates ocorridos nas favelas, não o crime organizado, este sim verdadeiro responsável pelas mortes decorrentes das denominadas “balas perdidas”.

Outro aspecto que suscitam dúvidas é a facilidade no transporte do Ministro ao acessar o Complexo da Maré, o qual, assim como a favela Nova Holanda, tem diversos pontos controlados por um crime organizado armado e violento, razão pela qual há recorrentes operações policiais no local. Logo, se questiona se houve acompanhamento por equipe de segurança – e se foram designados policiais da Polícia do Estado do Rio de Janeiro – e como foi o acesso à favela Nova Holanda.

<sup>2</sup> Disponível em [https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2021\\_GENI\\_Nexo.pdf](https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2021_GENI_Nexo.pdf)  
Acesso em 15 mar. 2023.



Adiante, pelos aspectos assinalados, se faz necessário saber os motivos do evento com diversas organizações da sociedade civil não constarem na agenda oficial do Ministro de Justiça e Segurança Pública, bem como os detalhes do acesso ao Complexo da Maré e favela Nova Holanda e a possibilidade de influência lobista ilegal e proselitista com ideias laxistas em relação ao crime organizado.

Cumprе mencionar, também, a atuação lobista da Open Society Fundation, suposta apoiadora do evento em questão, na promoção de ideias pró-legalização das drogas, do aborto e também o apoio a libertação de presos intitulados pela fundação como “não violentos” – nítido apoio ao laxismo penal, repudiado internacionalmente como política criminal. O próprio Parlamento brasileiro é contrário a essa ideia, vez que tem adotado posições de extinguir benefícios temerários aos criminosos e não criar mais destes.

As discussões de políticas públicas referentes à área da segurança pública devem ocorrer com transparência e pautadas verdadeiramente por meios de combate ao crime organizado, não da sua promoção, a exemplo dos defensores da legalização das drogas, do aborto e da libertação de presos.

Ante o exposto, se faz urgente e necessário que o Ministro da Justiça e Segurança Pública preste os esclarecimentos necessários a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em virtude da sua visita ao Complexo da Maré e reunião com organizações da sociedade civil para a discussão de políticas públicas na área da segurança pública, razão pela qual solicitamos o apoio aos deputados na aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2023.

Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

